

# *SERVIÇO SOCIAL DIANTE DO CAPITALISMO*

## SOCIAL SERVICE TOWARDS CAPITALISM

**Ana Paula Abranoski**

Bacharel em Sistemas de Informação. Graduanda no curso de Bacharelado em Serviço Social da Uninter EaD. Pesquisadora voluntária no Projeto de Iniciação Científica "O perfil socioeconômico da família, criança e adolescente" – Orientador: Prof. Me Dorival da Costa.

E-mail: [aabranoski@asav.org.br](mailto:aabranoski@asav.org.br)

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar sobre a configuração do trabalho do assistente social nos espaços sócio ocupacionais apresentando alguns aspectos que são determinantes para o exercício profissional, já que o mesmo poderá intervir em diversas áreas e espaços sócios ocupacionais. Diante disto, verifica-se que as competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas são fundamentais para o desenvolvimento da intervenção deste profissional dentro das instituições em meio às transformações da sociedade em face do projeto contemporâneo de desenvolvimento hegemônico que tem o Capital na sua centralidade.

**Palavras-chave:** Assistente social. Socio-ocupacionais. Capital.

### ABSTRACT

The objective of the following paper is to look upon the configuration of the social worker's activity within the social and occupational spaces presenting some defining aspects for such professional performance, since he/she can intervene in several socio- occupational areas and environments. Thus, theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political competences are fundamental for the development of such professional's intervention within the institutions considering the transformations of society when it comes to the contemporary project of hegemonic development that has the Capital in its main core.

**Keywords:** Social worker. Socio-occupational. Capital.

### INTRODUÇÃO

É crescente o interesse pelo estudo e compreensão do conceito de trabalho, processo de trabalho do assistente social, espaços ocupacionais e sociabilidade, diante das transformações sociais, históricas, culturais e econômicas de nossa sociedade.

O Serviço Social, constituído há mais de 80 anos no Brasil, vem se construindo como uma área profissional e de conhecimento comprometido com a atuação na realidade social e com os sujeitos da vida social.

Seu desenvolvimento se deu de forma muito próxima às transformações da sociedade urbana e industrial dos anos 1930, em uma conjuntura peculiar do

desenvolvimento capitalista, marcada por conflitos de classes, pelo crescimento da classe operária urbana e pelas lutas sociais contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania. O Serviço Social, neste contexto, esteve presente desde a gênese das políticas sociais brasileiras, que foram marcadas pelo assistencialismo. Esse “complexo itinerário histórico” (Castro, 1989, p. 18) do Serviço Social oscila entre uma prática missionária, conservadora e vinculada aos segmentos dominantes da sociedade e uma prática transformadora, renovada e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

A proposta desta pesquisa consiste em apresentar as concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a configuração do trabalho do assistente social nos espaços socio-ocupacionais, superando a visão assistencialista e a fragmentação do conhecimento nas práticas profissionais, em prol de uma ação emancipatória onde o maior limite talvez esteja na condicionalidade dos(as) trabalhadores(as) e das organizações aos valores e determinações que o sistema capitalista nos impõe. É na tensão entre a produção da desigualdade que os (as) Assistentes Sociais trabalham.

Corroborando com os estudos de Mota (2014), compreende-se que o Serviço Social Brasileiro, passa por uma expansão e metamorfoses que se relacionam diretamente com as formas assumidas pelo capital, provocando impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde podemos incluir o trabalho profissional dos(as) Assistentes Sociais. Inclui-se nesta pesquisa os valores e princípios constituintes do projeto ético-político do Serviço Social.

## **METODOLOGIA**

A autora utilizou a pesquisa teórico bibliográfica com o uso de livros, artigos científicos, revistas da área de pesquisa e consulta a sites para levantamento de material relevante para o estudo, por entender a importância de construir uma revisão bibliográfica que auxilie na compreensão dos espaços socio-ocupacionais e do trabalho do assistente social, a partir das regulações profissionais e das condições institucionais e técnicas, num contexto de ampliação do mercado de trabalho, precarização e

intensificação dos processos de trabalho que tencionam a realização das ações profissionais dentro dos valores e princípios constituintes do projeto ético-político do Serviço Social.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O presente trabalho resulta de uma reflexão teórica em torno, principalmente, das produções de Ana Elizabeth Mota (2014) e Ana Maria Vasconcellos (2000) através de artigos publicados e, a partir das reflexões destas autoras foi possível observar que as metamorfoses sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira nos últimos anos incidem diretamente na atuação do profissional do Serviço Social.

Não há como negar que no último século muitas transformações ocorreram em decorrência do capitalismo e cujos impactos ainda estamos digerindo em termos de organização da produção, do trabalho e em sua abrangência cultural. Não há como deixar de mencionar as mudanças decorrentes da revolução tecnológica informacional, num contexto de mundialização, de financeirização da economia e de implantação de políticas de cunho neoliberal em diversas regiões do mundo, em uma conjuntura sempre mais complexa, trazendo consigo novos desafios em termos de organização e concepção do trabalho.

Como dito, surgem novos espaços ocupacionais e competências profissionais que convivem com os tradicionais, revelando significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais (MOTA, 2014: 695).

O Serviço Social vem ampliando sua área de abrangência, conquistando espaços que vão proporcionando novas possibilidades para a divulgação e efetivação das políticas sociais. Com o objetivo de expandir os direitos e emancipar os indivíduos, o Serviço Social se apresenta como uma profissão voltada para o atendimento das demandas sociais da população.

Esse quadro de expansão do mercado de trabalho e de ampliação das demandas ao Serviço Social, aqui minimamente descrito, evidencia as mediações que os processos sociopolíticos vêm operando na realidade brasileira. Revela tanto o espraiamento das manifestações da questão social, como a criação de práticas e mecanismos institucionais determinados pela atuação do Estado e da organização política das classes (MOTA, 2014: 699).

Diante deste cenário uma indagação aparece como pano de fundo que é a de como assegurar uma formação para o assistente social que equilibre as competências profissionais com as sensibilidades que o trabalho com os indivíduos exige? Os profissionais do serviço social ficam diante dos limites e possibilidades à condução de seu trabalho e, conseqüentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia, que é condicionada pelas lutas travadas na sociedade entre os diferentes projetos societários. Mas se levarmos em conta a história desta profissão no Brasil, houve um ‘amadurecimento’ dos assistentes sociais. Assim, conseguiram, no final da década de 1970, fazer uma leitura crítica da realidade e da profissão. Assumiram a partir daí uma nova etapa de sua afirmação, a partir da sistematização de um projeto ético-político profissional comprometido com um protagonismo analítico, crítico e propositivo no campo dos direitos e das políticas sociais, tendo como seu objeto de trabalho a questão social. Para tanto, busca a referência teórica nas teorias críticas, em especial a de Karl Marx. Este projeto vai na contramão da lógica da ajuda, que constituiu a profissão desde sua fundação, assim como na contracorrente do projeto societário contemporâneo que tem o capital como o centro. Apesar de o Serviço Social compreender que este é o cenário de sua atuação, ele atinge seus profissionais, tanto nos espaços da sua formação como de trabalho. Tal condição, somada ao crescimento das exigências jurídico-legais e administrativas das políticas e de suas organizações, que são os campos preponderantes do trabalho dos assistentes sociais, apontam a necessidade da vigilância crítica e da afirmação analítica e propositiva permanentes, evitando assim, um pragmatismo, como destaca a autora:

Em oposição a essa postura, defendemos a necessidade de exercitar nossa capacidade de análise da experiência profissional cotidiana, identificando: a) *iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas*; b) *processos de democratização de decisões*; c) *conquistas e possibilidades do exercício de direitos*; d) *mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária*. Em resumo, é necessário assumir o desafio de responder cotidianamente à questão: *quais aspectos da produção e reprodução da realidade foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social?* (MOTA, 2014: 702)

A formação e o trabalho do Assistente Social exigem sua afirmação em três pilares: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa e a possibilidade da intervenção profissional somente será alcançada quando este conjunto estiver articulado. Assim,

[...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2001, p.55-56).

É neste contexto que o debate do trabalho profissional deve se fortalecer pois

É este horizonte referencial, expresso no projeto ético-político construído nos últimos 20 anos – retratado, principalmente, no Código de Ética Profissional de 1993: na Lei nº 86.662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social; no Projeto de Formação Profissional da Abepss; e na Lei Orgânica da Assistência Social - que exige uma reflexão sobre o papel dos assistentes sociais no contato direto com os segmentos populares (VASCONCELOS, 2000: 127).

Em meio à conjuntura das últimas décadas, vemos as diversas formas de precarização da formação profissional. A capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos se reduz. Com isso, surgem novos desafios na luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços prestados por assistentes sociais, fazendo com que haja uma maior necessidade de fortalecer o projeto ético-político profissional, que vem sendo construído pela categoria. E essa luta só é possível com o aprimoramento intelectual e com a organização coletiva de assistentes sociais em suas entidades, bem como com o conjunto da classe trabalhadora.

Apesar deste contexto, no âmbito da política social de assistência, surge o SUAS – Sistema Único da Assistência Social, que foi uma deliberação da **Conferência Nacional de Assistência Social**, que é a instância máxima dessa política, no momento em que era necessário afirmar e construir uma política de Estado. E, como política de Estado, o SUAS – Sistema Único da Assistência Social tem alguns elementos que são estruturantes e que hoje, diante do cenário neoliberal, estão ameaçados. O SUAS foi um grande avanço que tivemos já que é o maior sistema de proteção social não contributivo da América Latina. Isso porque a Assistência Social é uma política não contributiva e uma política de Seguridade Social e, para acessá-la, não é necessário contribuir com a Seguridade. O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos

violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa bibliográfica proporcionou embasamento necessário para ser possível apontar que, diante de mudanças significativas da realidade social, o assistente social, independente de seu campo de atuação precisa ser um profissional crítico, propositivo, que possa agir nas expressões da questão social, formando e implementando projetos, propostas e ações para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais, respeitar os compromissos ético-políticos e ainda aprofundar seus conhecimentos acerca de bases técnico-instrumentais visando transcender as demandas solicitadas pela lógica capitalista e aplicar os preceitos do projeto profissional hegemônico.

Portanto, um profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social e que atue tendo como referência a concepção social e crítica da sociedade, a compreensão das relações socioeconômicas, políticas e culturais e uma constante análise da sociedade contemporânea.

Em tempos difíceis para a vivência democrática no país, quando retornam as ameaças das políticas neoliberais, é preciso fortalecer os (as) trabalhadores (as) do SUAS – Sistema Único da Assistência Social. A participação popular é, de certa forma, radicalizar a democracia, promovendo o acesso ao conhecimento e um aprofundamento nas concepções teóricas e práticas do SUAS - Sistema Único da Assistência Social. Isso problematiza as temáticas contemporâneas para compreender a realidade social, política, cultural e econômica em que se encontram a Política Nacional de Assistência Social, os(as) trabalhadores(as) e os(as) usuários do SUAS para uma maior efetividade na ação cotidiana profissional com protagonismo político.

Este é o momento de fortalecer os sujeitos, criando espaços coletivos de formação permanente dos profissionais, estudantes e destes com profissionais de outras áreas, ampliando os espaços democráticos da sociedade civil e do poder popular.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em 11 de julho de 2018.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LOAS ANOTADA. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília. 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 694-705, dez. 2014.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori (org). **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 2. Ed. revista e atualizada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional**. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.